

# COR, INFÂNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS

Raquel  
de Oliveira<sup>1</sup>

Maria Aparecida  
D'Ávila de Oliveira<sup>2</sup>

**I**mpulsionadas pelo diálogo desenvolvido com os(as) estagiários(as) do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) sobre a condição das escolas de Educação Infantil, optamos por deflagrar um processo de debate e análise das questões relacionadas à infra-estrutura dos espaços destinados às crianças pequenas no município de Ilhéus, a partir das seguintes perspectivas: “Cor, Infância e Políticas Públicas”.



[1] Professora Doutora – Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). E-mail: rakka@terra.com.br.

[2] Professora Substituta - Departamento de Ciências da Educação da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC).



Até o final da década de 80, a cidade de Ilhéus, chamada “A princesinha do Sul” era o espaço privilegiado dos coronéis do cacau. Conta-se, talvez lendariamente, que dinheiro para eles não era problema, pois na roda dos poderosos, alguns acendiam cigarros com dinheiro, exibindo notas de grande valor. Mas, depois do advento da “vassoura de bruxa”, dizem que tudo mudou. Nós argumentamos que nem tanto, por exemplo, em relação à Educação, a história não registra períodos tão áureos.

Como outras cidades do país, mais notadamente as do

**Conta-se, talvez  
lendariamente, que  
dinheiro para eles não  
era problema, pois na  
roda dos poderosos,  
alguns acendiam  
cigarros com dinheiro,  
exibindo notas de  
grande valor.**

Nordeste, Ilhéus vivencia uma crise política e administrativa. Os sinais aparecem na configuração dos prédios, na pavimentação das ruas, no atendimento à saúde e em outras esferas dos serviços públicos, como na estrutura da rede física das Escolas de Educação Infantil, que mostram fortes sinais de alerta.

Para a melhoria da qualidade de vida das crianças de Ilhéus, precisamos, urgentemente, unir esforços: município, universidade e a sociedade civil, para assim fazer cumprir as orientações descritas nas Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDBEN, 1966,



e nos Parâmetros Básicos de Infra-estrutura para Instituições de Educação Infantil, 2006.

Duas metas consideradas essenciais se arrastam com muita dificuldade: o atendimento às crianças de 0 a 6 anos e a extinção das escolas conveniadas. Ilhéus conta, atualmente, com 32 unidades de Educação Infantil, sendo 12 conveniadas, 20 de responsabilidade do Município e, destas, apenas 4 atendem exclusivamente crianças pequenas.

Neste ano, como resultado do processo de municipalização, alguns convênios foram cancelados, e o número total de

## **O Município tem se empenhado nas reformas de prédios e na compra de mobília na perspectiva de melhorar as condições de todas as crianças: brancas, negras, indígenas e outras.**

alunos foi integrado ao censo da escola pública, mas muitas crianças permanecem no mesmo espaço físico alugado, temporariamente, até que o Município providencie construções de novos prédios.

O Município tem se empenhado nas reformas de prédios e na compra de mobília na perspectiva de melhorar as condições de todas as crianças: brancas, negras, indígenas e outras. Entretanto, considerando que o Estado da Bahia abriga, conforme informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE, o maior contingente de população ne-



Foto: Flávio Takemoto

gra do país, em algumas instituições, como as localizadas na periferia, o número de crianças negras predomina. Tem-se a impressão, ao adentrar em algumas, como, por exemplo, a “Canarinho”, que estamos num quilombo. Lá, são negros professores, alunos, vigias e merendeiras. A linha de cor muda para o tom de pele mais clara apenas no espaço da diretoria.

A exemplo, a Escola Canarinho é um prédio particular, cedido por uma congregação de freiras, localizado num bairro extremamente pobre. Naquele espaço, é possível desvelar as intrincadas relações entre cor/pobreza, políticas públicas e assistencialismo, que ocorrem deste o século XVIII, quando foi criada a primeira Roda de Expostos, na Bahia, passando pelas orientações que foram dadas pelo Banco Mundial e pela UNICEF, na década de 70, criteriosamente seguidas pelo Governo Federal.

Rosemberg (1999), ao analisar as políticas da Legião Brasileira de Assistência, o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional, afirma que estes projetos, cujo foco era a educação infantil, tinham forte característica assistencialista, “o modelo de baixo custo, o que seria conseguido através

## **A nossa pesquisa vem mostrando que, com ou sem vassoura de bruxa, a educação infantil permanece anacrônica.**

de construções simples, usos de espaços ociosos ou cedidos pela comunidade e participação de trabalho voluntário ou semi-voluntário de pessoas leigas (a comunidade)”.

Paradoxalmente, “A Roda dos Expostos” era o braço do Estado que “abrigava” as crianças negras, filhas do ventre livre, para liberar a venda das amas de leite. Implantada nas Casas de Misericórdia, sua missão não era por princípio educar. Entre outros estudiosos, afirma Marcilio (2000): “como assistência caritativa era, pois, missionária, a primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada, era providenciar o batismo, salvando a alma da criança”.

A nossa pesquisa vem mostrando que, com ou sem vassoura de bruxa, a educação

infantil permanece anacrônica. O desenvolvimento econômico, tecnológico e as fases de riquezas temporárias, como é o caso de Ilhéus em relação ao rico período do cacau, quase não influenciam o cotidiano da educação oferecido às crianças pobres, pretas e, ousamos acrescentar, às nordestinas em geral. Para este grupo social, parece bastar o assistencialismo, que pode ser feito em espaços inadequados ao desenvolvimento afetivo, cognitivo e ao fortalecimento da imagem de qualquer criança.

Por estas e outras razões ideológicas e políticas, estudiosas como Gonçalves<sup>3</sup> e Oliveira<sup>4</sup>, entre outros, cujo foco da pesquisa é a situação da criança negra na escola, cientes de que a luta contra a discriminação étnico-racial não se restringe ao subjetivismo cultural, ao participarem do processo de formulação das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, lutaram avidamente para que o registro sobre a responsabilidade do Estado se destacasse, como aparece no item denominado “Políticas

de Reparações, de Reconhecimento e Valorização de Ações Afirmativas.”

Reconhecer exige que os estabelecimentos de ensino frequentados em sua maioria pela população negra, contem com instalações e equipamentos sólidos, atualizados, com professores competentes no domínio dos conteúdos de ensino, com-

prometidos com a educação de negros e brancos, no sentido de que venham a relacionar-se com respeito, sendo capazes de corrigir posturas, atitudes, palavras que impliquem desrespeito e discriminação.

#### REFERÊNCIAS

[3] Professora Doutora Petronilha Gonçalves e Silva foi a relatora das “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.

[4] Professora Doutora Rachel de Oliveira – uma das articuladoras do debate sobre as “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”, “Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana”.

BRASIL. *Parâmetros básicos de infra-estrutura para instituições de educação infantil*.

Brasília: MEC, SEB, 2006.

BRASIL. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana*. Brasília, 2004.

BRASIL. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília, 1996.

DIAS, Regina Célia. Luta, movimento, creche: a história da conquista de um direito.

**Como assistência caritativa era, pois, missionária, a primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada, era providenciar o batismo, salvando a alma da criança**



- In: SILVA, Isa T. F. Rodrigues (Org.). *Creches comunitárias: histórias e cotidiano*. Belo Horizonte: AMEPPE, 1997. p. 19-44.
- FARIAS, Mabel Moreira. Infância e Educação no Brasil nascente. In: VASCONCELOS, Vera Maria Ramos de. (Org.) *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP & A, 2005, p. 13-31.
- LOPES, Jader Janer Moreira. Grumetes, pagens, órfãs do rei... e outras crianças migrantes. In.: VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. (Org.) *Educação da infância: história e política*. Rio de Janeiro: DP & A, 2005, p. 13-31.
- OLIVEIRA, Rachel. *Relações raciais na escola: uma experiência de intervenção*. Dissertação de Mestrado -Pontifícia Universidade Católica-PUC/SP, 1992.
- ROSEMBERG, F. A LBA: o Projeto Casulo e a Doutrina de Segurança Nacional. In: FREITAS, M.C. (org). *História social da infância no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1999.